

Os partidos políticos brasileiros e as tipologias clássicas: uma revisão teórica¹

Larissa H. G. Kerber Macedo

Universidade de São Paulo

¹ Trabalho preparado para apresentação no X Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 09 a 13 de novembro de 2020.

RESUMO

Na agenda de pesquisa sobre partidos políticos, nota-se o predomínio de análises baseadas em tipologias clássicas desenvolvidas ao longo do século XX (partidos de massa, de quadro, catch-all). No caso brasileiro, análises que não sejam apenas sobre um caso (como aquelas sobre PT, MDB, PSDB, DEM) não se dedicam às organizações, mas sim ao sistema partidário. A presente pesquisa visa apresentar o debate sobre organizações partidárias e sua origem, a fim de apontar a insuficiência analítica que leituras clássicas apresentam para se entender os partidos brasileiros. Argumenta-se que somente a importação de modelos que não consideram o contexto brasileiro prejudica os esforços teóricos sobre o tema. Legendas mais recentes, sobretudo, são colocadas em uma leitura que as define de modo pouco complexo, sem o rigor que um estudo mais aprofundado exigiria para se afirmar alguns prognósticos. Sendo assim, um primeiro passo – finalidade deste trabalho – é apontar o que a literatura tem apresentado *sobre o porquê de partidos políticos serem criados* (e quem os criou) e *o que se considera ser os objetivos dos partidos* (qual propósito ou função dessas organizações do ponto de vista teórico); para, assim, questionar por que alguns partidos criados recentemente fazem parte de um fenômeno que parece ir além das explicações dadas até agora. É nessa linha de raciocínio que algumas alternativas serão propostas a fim de se analisar comparativamente casos de partidos brasileiros em pesquisa posterior.

1 Introdução

Partidos políticos são parte da rotina política contemporânea. Estejam eles no sistema representativo, ou sejam eles hegemônicos, os séculos XX e XXI são marcados por essas organizações. A formação dos partidos políticos modernos surge da necessidade de se considerar as massas como atores relevantes – seja isso pela “noção ideológica de que as massas têm o direito de participar na determinação de políticas públicas ou na seleção das lideranças”; ou, ainda, pela percepção de que “mesmo uma elite ditadora deve encontrar os meios organizacionais de assegurar conformação e controle estáveis” (LA PALOMBRA e WEINER, 1966, p. 4, tradução nossa). Não por acaso, a ciência política se atém ao estudo desse objeto em diferentes frentes: o aspecto organizacional dos partidos, os partidos como atores intra-parlamentares (no governo), e sua atuação no plano eleitoral (COX, 1987, p. 4).

Nosso principal objetivo, por ora, é apontar que compreender a emergência de partidos e sua função parte de determinadas concepções teóricas. Pelo menos duas vias tratam desse tema: uma pretende elucidar o processo original de formação dos partidos políticos modernos (na qual muitos dos trabalhos clássicos se baseiam); outra busca situar a emergência dessas organizações num contexto consolidado de sistemas partidários (estudos de caso sobre “novos” partidos, análises comparadas, teorias que contestam tipologias mais tradicionais e de abordagens predominantes). Quando se pretende estudar partidos políticos a partir de tipologias e modelos, é preciso considerar de onde partem essas categorias e que problemas elas buscam responder.

A generalização de abstrações teóricas tem por objetivo a comparação entre vários casos para o aprimoramento da teoria ou para contestação da mesma. Todavia, em que medida a comparação com modelos teóricos “inadequados” prejudica o entendimento sobre determinado objeto? Caso o que estudamos seja claramente afetado por fatores situados em contextos institucionais e sistemas políticos específicos, estudos comparados com parâmetros teóricos “inapropriados” prejudicam conclusões coerentes sobre dada realidade. Reconhecer a relevância dessa especificidade é necessário para situar propriamente o pesquisador no terreno onde se encontra. Voltar às definições básicas/clássicas é uma tentativa, portanto, de apreender os elementos que tornam nosso entendimento sobre partidos brasileiros superficial ou equivocado. Para tanto, o presente trabalho está dividido em três seções: a primeira busca

organizar e sintetizar o que apontam as principais teorias sobre partidos políticos modernos, a fim de se entender como as mesmas respondem à razão por trás da criação de partidos políticos, quem os cria – se isso for pertinente –, e qual sua função no sistema político; a segunda parte apresenta brevemente trabalhos sobre os partidos brasileiros e os principais apontamentos dessa agenda; por último, dedicamo-nos a pontuar nossas considerações sobre os casos propostos para futura pesquisa e as demais conclusões sobre a discussão aqui levantada.

2 As tipologias partidárias: do que a literatura base se ocupa?

O que buscamos nos trabalhos clássicos sobre partidos políticos será orientado por três perguntas: *por que partidos são criados? Quem os cria? Qual o papel dos partidos políticos?* Entender o que as teorias respondem em relação a esses questionamentos é essencial para colocarmos em perspectiva os casos de partidos brasileiros e diferenciá-los como fenômeno de um contexto próprio.

Por que partidos são criados? Trabalhos sobre esse tema não respondem a esse problema de modo uniforme, não partem do mesmo contexto histórico e, muitas vezes, apresentam objetivos diferentes. Ora vemos um estudo que objetiva explicar um sistema partidário, ora vemos a análise dos partidos como organizações ou como atores em um sistema competitivo. Nesse caldo de teorias, podemos extrair a resposta para a seguinte pergunta pensando em sua abstração e função teórica, mas também precisamos distinguir o contexto/caso que a teoria pretende explicar para compreender de onde seus elementos explicativos partem e a quem eles se direcionam. Notamos, assim, que essa pergunta pode ser respondida tendo em mente a formação histórica de partidos políticos modernos, ou ainda, a formação de sistemas partidários. Em outros trabalhos, a ênfase se desloca da criação para a transformação dessas organizações. Nesses últimos, a conjuntura crítica (criação dos primeiros partidos políticos modernos) não mais se torna ponto central, mas sim como os partidos políticos se transformam ao longo do século XX – aqui, dificilmente identificaremos o apontamento de causas para criação de partidos, parece estar subentendido que, se se criam novos partidos, seus objetivos provavelmente se alinham às transformações elementares apontadas ao longo do século por essas mesmas teorias.

Quem cria os partidos? Em algumas teorias, essa resposta é mais clara, em outras, esse não é o propósito do trabalho. Aqui o ponto principal parece ser onde se localizam os atores: já são parte do poder ou se encontram na sociedade civil mobilizada que não estava inserida nas esferas políticas? O trabalho clássico de Duverger (1970) sedimenta essa definição com os partidos de quadro e de massa. Em termos gerais, essa questão é respondida por autores que abordam, em diferentes medidas, a expansão do sufrágio no século XIX e XX (COX, 1987; DUVERGER, 1970; LA PALOMBRA e WEINER, 1966; SARTORI, 1982); ou por aqueles que abordam transformações sociais (como revoluções) que ampliam a gama de parcelas da sociedade que disputam o poder político do Estado (LIPSET e ROKKAN, 2001). Para Kirchheimer (1966) pouco parece importar quem cria os partidos, mas sim os objetivos de seus membros eleitos, os quais se alteram em relação ao eleitorado se comparados com os partidos duvergerianos.

Qual o papel dos partidos políticos? Talvez, das três perguntas, a mais complexa, pois envolve a explicação imediata (os atores que os criam e suas motivações) e, por trás, abordagens de percepções teóricas mais abrangentes (percepções de envergadura histórico-social, premissas teóricas específicas, etc). Mais do que seu processo de criação, entender o objetivo dessas organizações (ou dos atores por detrás dessas organizações) diz muito sobre as tipologias dos partidos que estamos lidando. A função dos partidos é mesclada com seus objetivos muitas vezes. Ser canal de expressão ou representação é uma função e um propósito, por exemplo (SARTORI, 1982). Ou seu papel é ser instrumento para um fim privado (ALDRICH, 2011; DOWNS, 1999).

O que pode tornar difícil a organização de uma agenda de pesquisa é o fato de que muitos autores partem de diferentes dimensões para explicar os partidos políticos. Ora fala-se do partido como organização, ora a partir do âmbito eleitoral, ora do partido como ator em relação ao governo. Às vezes essas dimensões são sobrepostas, interligadas na análise, ou estão inseridas em um contexto sistêmico e entendidas como parte de um sistema partidário. E nessas diferentes leituras, a importância dada às razões de criação, àqueles que criam os partidos e suas funções varia muito, visto que os autores partem de diferentes teses e problemas. Aqui, o objetivo é apontar em que momento nos trabalhos há menção – se houver alguma – ao que perguntamos anteriormente.

2.1 Por quê, quem e como: partidos políticos modernos, suas transformações e as diferentes abordagens teóricas.

As transformações que decorrem da ampliação do sufrágio e situadas no século XIX e início do século XX são fundamentais para entender muitos dos conceitos formulados para explicar o fenômeno dos partidos políticos modernos. E, para além disso, serviram como base para definição do propósito dos partidos na vida política contemporânea. Em um dos principais trabalhos sobre o tema, Duverger (1970, p. 20, grifo nosso) afirma que o “nascimento dos partidos políticos encontra-se, portanto, ligado ao dos **grupos parlamentares** e comitês eleitorais”, há, porém, partidos que fogem a essa regra, cuja “gênese situa-se **fora do ciclo eleitoral e parlamentar**, formando essa exterioridade, aliás, seu caráter comum mais nítido”.

Nos grupos parlamentares, fatores locais – e posteriormente ideológicos –, a preocupação com a reeleição e a busca por postos ministeriais incentivaram uma postura partidária. Associada a esse aspecto interno às elites parlamentares da época está a ampliação do sufrágio, “que torna necessário o enquadramento de novos eleitores”, o qual incentiva a criação de comitês eleitorais. “Uma vez nascidas essas duas células-máter, grupos parlamentares e comitês eleitorais, foi suficiente que se estabelecesse uma coordenação permanente entre estes e que vínculos regulares os unissem àqueles para que se encontre em face de um verdadeiro partido político” (DUVERGER, 1970, p. 25). O grupo parlamentar, segundo o autor, desempenhou papel de coordenar a atividade dos deputados, ao passo que estes desenvolviam os laços com seu comitê, tendo em vista sua reeleição. Essas relações passam do “plano pessoal para o institucional”, surgindo oficialmente o partido de quadro. O partido amplia suas fronteiras com criação de novos comitês, e o que gerara essas organizações passa agora a ser seu produto. Essas agremiações partidárias surgem da mobilização de elites parlamentares, as quais encontram em seus pares mentes afins e se mobilizam ao eleitorado quando percebem que a manutenção do mandato está ameaçada pelo seu crescimento, o que faz com que as preferências deste passem a ser levadas em conta.

Os comitês foram impulsionados, ainda, pelo “desenvolvimento dos sentimentos igualitários e a vontade de eliminação das elites sociais tradicionais” (DUVERGER, 1970, p. 23). Os partidos políticos de massa são criados, assim, pelas novas pressões que a

ampliação do sufrágio gerou em camadas que outrora não tinham acesso à esfera eleitoral, as quais se associaram a – ou foram cooptados por – grupos mobilizados, como os sindicatos e a igreja. Para Duverger, a criação externa é caracterizada quando “o conjunto de um partido é essencialmente estabelecido por uma instituição pré-existente, cuja própria atividade se situa fora das eleições e do parlamento” (Ibid., p. 26), são agrupamentos exógenos (sindicatos, igrejas, sociedades de pensamento) que causam a criação de um partido. Nessa visão, a origem dos partidos delimita as características de sua estrutura, os atores que os criaram importam, pois o (não) acesso destes atores à tomada de decisão política explica sua criação, “deve-se constatar a influência da gênese dum partido sobre a sua estrutura definitiva” (Ibid., p. 30). Os partidos de massa são aqueles cujos membros não se sentiam representados pelas elites que detinham o poder político vigente.

O partido de massa surge, assim, associado à ampliação do sufrágio, principalmente pela não inserção de vários agrupamentos no poder político tradicional, os quais se direcionaram para um eleitorado que crescia e criaram bases partidárias que não estavam ligadas a quadros parlamentares. Para o autor ele representa o fenômeno do partido político moderno. Um contraponto a esse modelo de partido é apresentado posteriormente por Kirchheimer (1966). A teoria dos partidos de massa, afirma ele, não dá conta das transformações organizacionais pelas quais passam os partidos europeus. Essas transformações levam a um tipo diferente de partido, o partido *catch-all*, o qual surge em resposta às mudanças sociais e políticas na Europa de meados do século XX. Ele é mais flexível ideologicamente e apresenta uma agenda mais genérica com o objetivo de “abocanhar” a maior quantidade possível do eleitorado. Os partidos *catch-all* são caracterizados pela desideologização do discurso partidário, com apelo eleitoral pluriclassista e abertura para grupos com variados interesses em pauta.

Sartori (1982), como Duverger, explica muito da origem dos partidos a partir do contexto de formação inicial, recorrendo à importância do sufrágio. E se aproxima, em termos gerais, da leitura de Cox (1987) – citado mais à frente – quando reitera que, apesar da expansão do eleitorado nos séculos XIX e XX, ele “foi envolvido em consequência da concorrência com o parlamento e o governo [...]. O processo foi provocado [desenvolvimento partidário], portanto, pelo desenvolvimento endógeno, pela dialética interna entre o

parlamento e o gabinete, mas ganhou impulso e foi subsequentemente determinado por forças exógenas” (SARTORI, 1982, p. 42). Os atores endógenos ao sistema político da época buscam as vantagens eleitorais que estar em um partido pode oferecer. “É a essa altura que os protopartidos, ou as ‘partes’ que eram divisões do círculo interno se tornam partidos em nosso sentido, isto é, divisões do país em geral” (Ibid., p. 43).

Sartori (1982, p. 44) afirma que “se uma sociedade é consultada, e quanto mais amplamente isso ocorre, mais a expressão e articulação de suas exigências exigem elos intermediários e correias de transmissão”. São esses “elos”, de acordo com o autor, que passam a ganhar “estrutura do tipo partido” e explicam a função última dessas organizações. Para o autor, os partidos são intermediários entre os governados e àqueles que estão no poder. São meios de canalizar a pressão de baixo (sociedade) para cima (governo). Esse seria o papel dos partidos políticos. Eles expressam, canalizam e comunicam demandas dos governados, pois ligam “o povo a um governo” (Ibid., p. 80) se o subsistema de competição política é independente do sistema estatal. Enquanto Duverger se volta para a análise da organização partidária, Sartori se direciona para a competição partidária, mas ambos reiteram uma função de tradução de demandas de um a plano para outro, de “fora” para “dentro”, de baixo (governados) para cima (governo). O objetivo dos partidos é ponte, canal, rampa de acesso (mesmo que seja acesso indireto). Para Duverger, a origem importa para definir a organização partidária, e, por alto, como em Sartori, a emergência de partidos políticos modernos cumpre papel de canalizar demandas externas ao poder político por meio da inserção de novos atores, pois os partidos de origem parlamentar passam a perder espaço frente às transformações sociais e políticas dentro do contexto ao qual os dois autores se referem.

A função expressiva que os partidos de Sartori apresentam, tendo em vista a relação governados e governantes dentro de um sistema partidário competitivo, e a representação ampla de massas de eleitores no caso de Duverger são, grosso modo, o que explicam a necessidade da emergência de partidos. Outra explicação, muito mais estrutural e sociológica é a que se vê em Lipset e Rokkan (2001). De acordo com os autores, os partidos refletem uma estrutura social, suas divisões e disputas. Parte-se da análise de transformações na estrutura social de países europeus, as revoluções francesa e industrial, para apontar como ocorreu o surgimento de sistemas partidários. Assentados na sociologia política, Lipset e

Rokkan consideram o partido político como “uma parte de um conjunto muito maior e [que] está em oposição a outras forças desse conjunto” (Ibid., p. 234, tradução nossa). Os partidos operam como agentes de mobilização e integração de comunidades no plano nacional ou federal. Do mesmo modo que integra, ele também divide, pois foi inicialmente mobilizado por sua oposição a outras comunidades:

Ajudam [os partidos] a cristalizar e a fazer explícitos os interesses contrapostos e os contrastes e tensões latentes da estrutura social existente, e forçam os cidadãos a se aliarem entre si acima das linhas de divisões estruturais, assim como a se estabelecerem prioridades entre suas fidelidades aos papéis estabelecidos ou eventuais do sistema (LIPSET e ROKKAN, 2001, p. 236, tradução nossa).

Os partidos são produto das repartições existentes no tecido social e dos seus conflitos. As divisões sociais mobilizadas são sua origem, elas se convertem em um sistema partidário de disputas estruturais. Os partidos apresentam, segundo os autores, função expressiva e representativa. A primeira, porque “elaboram uma retórica para a tradução dos contrastes da estrutura social e cultural em exigências e pressões para a ação ou não ação” (LIPSET e ROKKAN, 2001, p. 236, tradução nossa). A segunda, porque forçam porta-vozes de diferentes interesses a chegarem a acordos, fazerem concessões e agregarem pressões em torno de objetivos comuns.

Sob essa ótica, os partidos e sua relação de disputa num sistema partidário são resultado de clivagens sociais de relações dicotômicas: estado *versus* igreja, urbano *versus* rural, proletariado *versus* burguesia. O objetivo desse trabalho é claramente situado. Com o propósito de explicar a trajetória política europeia e a estruturação consequente do sistema partidário em meados do século XX, muito do que se afirma precisa estar relacionado aos partidos políticos europeus para fazer sentido. A ideia, nesse caso, é apontar as clivagens sociais (não indivíduos ou grupos) que originam os partidos. A função dos partidos encontra-se nas divisões sociais historicamente situadas, eles expressam demandas de “comunidades” em conflitos dicotômicos, e surgem por causa dessa relação socialmente estruturada.

Diferentemente, Aldrich (2011) inicia seu trabalho declarando que pretende responder por que políticos ambiciosos resolvem criar partidos políticos. Tanto o enfoque nos atores (quem cria) como a explicação do papel dos partidos políticos muda. Os partidos, à vista disso, são meios para solucionar um problema estritamente teórico. Por essa linha, ressalta-se o *problema de ação coletiva* que se manifesta quando parlamentares procuram agir

individualmente para seu próprio benefício. Partindo da teoria dos jogos, o autor afirma que tal problema “surge quando o comportamento racional [dos políticos], em equilíbrio, leva a um resultado que é Pareto inferior em pelo menos um outro resultado possível” (Ibid., p. 31, tradução nossa). Partidos são criados, pois seus custos de manutenção são menores do que aqueles necessários para a mobilização de maiorias a cada novo projeto no legislativo. Ou seja, por problemas de ação coletiva (não alcançar o resultado ótimo de Pareto individualmente), os parlamentares se unem em uma *binding coalition* na forma de um partido político, “o valor do partido seria institucionalizar a longo termo (e sobre temas) e reduzir incerteza, assegurando a cada membro alguns benefícios por estarem nesse partido” (Ibid., p. 42, tradução nossa).

O autor analisa os partidos políticos a partir da ação de políticos individuais na esfera intra-parlamentar e eleitoral. No caso das eleições, há outros incentivos que fazem com que os interessados em um cargo eletivo estejam em um partido político. Isso está relacionado aos fatores decisivos para o comparecimento do eleitor na votação: os benefícios do voto devem ser maiores do que seus custos. Parte desses custos é a informação que se deve adquirir para saber qual resultado é preferível. “Cidadãos podem não ter incentivos para comparecer ou até para verificar suas preferências sobre candidatos. Candidatos, todavia, têm incentivos pessoais fortes para resolver esses problemas de ação coletiva para os cidadãos, se não apenas para seus apoiadores” (ALDRICH, 2011, p. 42, tradução nossa). Afirma-se que os candidatos podem manipular o cálculo do voto (os custos envolvidos no ato de votar), além de direcionarem seus esforços para aqueles que serão as prováveis bases eleitorais. Tais esforços, contudo, exigem recursos. O partido é a alternativa que fornece esses recursos e reduz os efeitos do problema da ação coletiva (dos eleitores).

Muito do que o autor afirma remete à ambição de políticos em se manter no cargo para fins de manutenção da carreira política: “Candidatos querem vencer eleições” (ALDRICH, 2011, p. 47, tradução nossa). Filiar-se a um partido agrega ao candidato uma reputação e providencia a este uma economia de escala:

Filiação partidária provê uma reputação inicial que reduz os custos de tomada de decisão e providencia um núcleo de prováveis apoiadores. Esforços de campanha partidária, seja conduzidos pela organização partidária seja pelos vários candidatos, proporcionam economias de escala para todos os candidatos do partido à medida

que buscam reduzir os custos e aumentar os benefícios para que os apoiadores compareçam à votação (Ibid., p. 50, tradução nossa).

Por fim, a ambição do candidato não só o faz prometer o que o seu eleitorado quer como também o força a cumprir minimamente a promessa a fim de manter sua carreira. Adicionado a isso, o político provavelmente irá se filiar a um grande partido político. “O esperado de um candidato que maximiza sua utilidade é escolher qual seja o que produz o maior retorno esperado” (ALDRICH, 2011, p. 52, tradução nossa).

A teoria de Aldrich é ancorada em uma abordagem neoinstitucional, trazendo muito das premissas da teoria da escolha racional. Em suma, no seu trabalho podemos esquematizar o que se afirma da seguinte forma: *por que partidos?* Por causa do problema da ação coletiva e da *social choice*, já que é custoso agir individualmente no parlamento e no eleitorado. Uma coalizão a longo termo e compulsória reduz esses custos. *Quem cria os partidos?* Elites políticas. *Qual o papel do partido?* Resolver o problema de ação coletiva intraparlamentar e reduzir os custos de mobilização do eleitorado para que este vote. Os atores utilizam o partido como meio, ele se torna funcional ao objetivo dos políticos de se manterem nos cargos. Na eleição, seu papel é informar o eleitor e reduzir os custos de campanha para o candidato.

Cox (1987), também focando em instituições, analisa o desenvolvimento dos partidos modernos na Inglaterra do século XIX a partir da divisão entre “partido no governo” e “partido no eleitorado” (Ibid., p. 4). Assim como Duverger e Sartori – com propósitos teóricos ainda que muito diferentes –, Cox trata da formação da modalidade de partidos políticos modernos. A explicação parte da alteração das regras da rotina parlamentar e sua relação com o gabinete ministerial. Essa mudança incentiva os membros do parlamento a se coordenarem partidariamente. O autor tem por objetivo compreender por que os votos são orientados para partidos políticos, tanto no parlamento quanto no eleitorado. As variáveis independentes utilizadas na análise são a *extensão do sufrágio* e a *centralização da autoridade legislativa no Gabinete*. A extensão do sufrágio altera o comportamento do voto e a concentração de poderes legislativos no Gabinete estimula a coesão partidária intraparlamentar. Aponta-se as mudanças nas regras formais de procedimentos parlamentares (incluídas no *Reform Act* de 1832) como decisivas para o aumento da coesão partidária. Ao mesmo tempo, com a perda de atuação individual dos parlamentares, os quais passaram a

agir partidariamente para chegar ao executivo, o eleitorado passa também a votar partidariamente, entendendo que esse é o modo mais efetivo de ter sua reivindicação atendida pelo governo.

Os partidos políticos são criados, assim, pela elite política como meios facilitadores de acesso ao governo, ao mesmo tempo, passam a ser percebidos pelo eleitorado como canal mais eficiente de representação de suas demandas ao executivo. O partido surge como via possível de acesso ao governo ao mesmo tempo que sinalizava para um crescente eleitorado qual o meio mais eficiente de conseguir atenção às suas pressões. Resumindo: *porque surgem?* A ampliação do sufrágio e redistritização diversificam e aumentam a pressão em torno dos membros do parlamento; a mudança em regras procedimentais dificulta a ação individual dos parlamentares, pois eles, sem acesso ao Gabinete, pouco podem legislar e “mostrar serviço” para manutenção do mandato – o partido se mostra meio mais viável para chegar a esse objetivo. *Quem os cria?* A elite política/parlamentares. *Qual seu papel?* Acesso das elites políticas ao governo e, ao mesmo tempo e em virtude disso, o partido se torna parâmetro para o voto, já que os políticos – para se manterem no poder – precisam atender minimamente às demandas de sua base eleitoral, utilizando-se da coesão partidária para fazê-lo.

Se tentarmos chegar a um modelo teórico a partir dos trabalhos de Aldrich e Cox, sem pensarmos em um estudo de caso específico, muito do trabalho de Downs (1999) envolve premissas já citadas. O autor afirma, em termos gerais, que “um partido político é uma equipe de homens que busca controlar o aparato de governo”. Sua análise se baseia em um modelo econômico para entender o comportamento do governo democrático: presume uma sociedade democrática com eleições regulares; um governo que busca maximizar o apoio político; e um governo partidário cujo objetivo é a re(eleição). Acerca de partidos políticos, afirma-se que estes tomam decisões por meio de indivíduos *racionais e egoístas*. Os partidos apresentam membros que se utilizam dele a fim de alcançar seus objetivos privados (mesmo que o papel social do partido seja gerar políticas públicas), ou seja, os indivíduos utilizam de sua racionalidade para chegar a fins egoístas por meio dos partidos políticos.

Desse modo, os políticos no nosso modelo nunca buscam o poder como um meio de executar políticas específicas; seu único objetivo é colher as recompensas de ocupar um cargo público *per se*. Eles tratam as políticas como meios de atingir seus

fins privados, que eles conseguem somente alcançar se eles forem eleitos (DOWNS, 1999, p. 50).

Assim sendo, para Downs (1999), a motivação da ação partidária não é a formulação de políticas, mas sim ganhar as eleições. As políticas promovidas pelos partidos são expedientes pelos quais é possível garantir a reeleição. O papel do partido político, nesse caso, como provedor de políticas públicas aos seus representados é secundário, pois “o partido governante executa essa função apenas na medida em que fazê-lo promove as ambições privadas de seus membros”. Os partidos não cumprem sua função “formal” como um fim em si. O objetivo não é representar seus eleitores, mas se manter no poder ou acessá-lo – o que só pode ser garantido por meio do cumprimento mínimo das promessas feitas, já que “as funções sociais são, em geral, subprodutos da ação humana, e as ambições privadas, seus fins” (Ibid., p. 50).

Downs (1999) não utiliza de seu modelo para entender o processo de criação dos partidos e reduz (com razão, pois seu objetivo é a generalização) aqueles que os criam a indivíduos (políticos) egoístas e racionais. Sua intenção é descrever o comportamento partidário no governo, o que acaba recaindo sobre nossa terceira pergunta: o papel/função/propósito dos partidos. Para o autor, em suma,

o objetivo formal dos partidos políticos – formular e executar políticas quando estão no poder – não é a única coisa que uma análise de governo deve levar em conta. Igualmente significativa é a estrutura informal, isto é, a estrutura que se centra em torno dos motivos privados daqueles que dirigem cada partido (Ibid., p. 50).

Visto que o fim é alcançar o poder para objetivos privados, a meta imediata do político é ser eleito. O que implica que cada partida irá buscar a maximização dos votos a fim de se ganhar as eleições.

* * *

Esgotar todos os pontos de vista possíveis e todas as explicações já feitas sobre partidos políticos é tarefa monumental. Nosso propósito foi apresentar os principais trabalhos para acentuar os elementos teóricos gerais e predominantes sobre as perguntas que enfatizamos, isso o fazemos para contrapô-las ao caso do Brasil e sugerir questionamentos sobre os partidos brasileiros que tragam à luz elementos que não seriam amparados por essas construções teóricas. Quando teorias predominantes explicam em partes um ou dois casos,

não é lógico supor que todos os outros são exceção à regra, mas sim que – talvez – não haja encaixe razoável entre modelo e prática. Do mesmo modo, quando a aproximação é tão superficial a ponto de explicar todos os casos, a própria explicação não é explicação alguma.

Visitar definições clássicas é um exercício necessário para compreender quais parâmetros estamos usando para analisar os partidos brasileiros e por que eles podem se mostrar inadequados e infrutíferos. Questionar o que entendemos ser o papel dos partidos “aqui” e “lá fora” pode elucidar a sensação contínua de insatisfação sobre o que são nossas organizações partidárias quando o que se entende desde o século XX sobre partidos políticos modernos não foi propriamente construído considerando o caso brasileiro. Olhando para casos comumente estudados no Brasil: se apenas o PT é partido externo, exceção à regra, próximo ao modelo de partidos de massa, então todos os outros são iguais? Se todo o centrão é *catch-all*, então nada mais precisa ser explicado? Se todos os partidos são criados por parlamentares, então todos eles são de quadro? Os vários partidos que surgem são explicados pela teoria de Aldrich quando se afirma que os políticos preferem filiar-se a partidos grandes e que a reputação do partido explica a filiação dos seus membros?

Por isso, caminhos alternativos podem ser mais bem sucedidos quando se considera: a realidade institucional brasileira; quais atores fazem parte desse processo; quais incentivos e motivações aparentam estar associados a emergência de partidos. Nesse caso, a tentativa é entender elementos que expliquem o fenômeno partidário sem o tom normativo de “os partidos brasileiros deveriam ser isso mas não o são, porque...”. Nosso ponto é: seria mais prolífico identificar os fatores possíveis que influenciam a criação desses partidos do que limitar a análise à conclusão de que partidos brasileiros não são de fato provindos de clivagens sociais, ou não são de massa, ou são todos *catch-all*. Ao mesmo tempo, porém, estudar caso a caso torna qualquer tentativa de identificação de padrões muito improvável. Apontamos esse tópico a seguir.

3 O caso brasileiro: o que os estudos afirmam sobre os partidos

As pesquisas já feitas sobre esse tema no Brasil não reforçam necessariamente as teorias tradicionais, já que, em sua grande maioria, buscam entender a trajetória de partidos políticos específicos, por vezes os classificando a partir de tipologias clássicas. Há muitos

prognósticos feitos sobre os partidos brasileiros a partir do que se analisa nas instituições políticas, com conclusões que enfatizam os partidos como reflexo individual de problemas sistêmicos. Quando comparados em relação a modelos já há muito estabelecidos ou aos partidos europeus consolidados, as conclusões são de inadequação, de insuficiência dos nossos partidos frente a organizações melhor estruturadas. Tal como Mainwaring (2001), que ressalta as diferenças expressivas dos partidos políticos nas “democracias industriais avançadas” e nas “novas democracias” (pós-1978); há uma preocupação que permeia os trabalhos do autor quanto à institucionalização dos partidos brasileiros e suas graves consequências para a democracia (MAINWARING e TORCAL, 2005).

Quando estudados de modo comparado, a partir de modelos teóricos clássicos e em relação a partidos europeus ou a outros em geral, o ganho analítico não parece ir muito longe, pois muitos elementos deixam de ser considerados ou são descontextualizados na ânsia de se explicar, a partir de generalizações, casos que estão intrinsecamente conectados ao seu lugar de origem. Por outro lado, o estudo de caso, a busca por exceções, a especificação de fenômenos muito singulares, pouco ajudam a sistematizar a agenda de pesquisa sobre partidos políticos brasileiros. BARBOSA *et al* (2018, p. 75-76) resumem esse quadro ao apontar que o estudo de novos partidos ou se orientam pela busca de regularidades e variações entre países ou se concentram em um ou poucos casos, “sem a intenção de identificar padrões, mas sim características específicas – estruturais, conjunturais e/ou institucionais – que possibilitam a emergência de novas organizações partidárias”. A utilização de modelos importados “desconsidera características específicas da realidade local assim como os estudos de caso pecam pela perda de contexto geral” (Ibid., p. 78).

Se pensarmos nas perguntas mencionadas na seção anterior, as respostas sobre o caso brasileiro não são muito variadas. O que mais se nota são análises sobre criação de partidos na estruturação do sistema partidário ao fim da ditadura militar. Limongi (2006) adverte que os quadros de partidos brasileiros do atual regime democrático são marcados pela sua origem. Com a reforma de 1979², vários partidos são reintroduzidos ao sistema e novas organizações

² O presidente Geisel inicia um processo de liberalização em 1973, o qual restaura de modo gradual diversos direitos políticos que haviam sido suspensos na década de 1960. Em 1979, uma reforma partidária extinguiu o sistema bipartidário artificialmente criado em 1966, o que permite que surjam novos partidos com o desmantelamento dos partidos ARENA e MDB (KECK, 2010).

surgem. Não obstante, os partidos que atuaram durante a ditadura não desapareceram, pois foram renomeados ou transformados. “Há partidos que, por assim dizer, nascem grandes, como o PDS (depois PPR, PPB e PP), PFL, PMDB, PSDB. Estes partidos herdaram o capital eleitoral e organizacional acumulado ao longo do bipartidarismo pela ARENA e MDB” (Ibid., p. 23).

Keck (2010) ressalta que há duas realidades no sistema partidário nascente: por um lado, elites políticas tradicionais buscando manutenção do poder; por outro, novas formas de organizações social e política, as quais questionam a situação. Destaca-se que “o que é notável na transição brasileira para a democracia é o alto grau de permeabilidade, elitismo e personalismo das instituições nominalmente representativas — em particular, os partidos políticos” (ibid., p. 14). Dessa competição assimétrica, na qual se inserem novos atores, Limongi (2006) salienta que apenas o PT consegue se impor como grande partido. O Partido dos Trabalhadores se torna atrativo estudo de caso por ser considerado uma exceção em sua origem de formação se comparado aos partidos consolidados no novo regime. Amaral (2011) reforça que o PT esteve ligado diretamente a setores organizados da sociedade civil (sindicalistas, militantes de grupos de esquerda e líderes de movimentos populares urbanos).

A maioria dos trabalhos sobre partidos brasileiros priorizam aqueles consolidados na década de 1980-1990. Teses muito relevantes foram desenvolvidas com base em estudos de casos do MDB(PMDB), PSDB e PT, por exemplo. Kinzo (1988) estuda a criação e trajetória do MDB, apontando que o partido surge de forma artificial e com forte origem parlamentar. O PMDB (atual MDB) surge na década de 1980 dessa primeira legenda, e apresenta traços de um partido sem ideologia expressiva e com uma gênese parlamentar similar ao seu antecessor. Lameira e Peres (2015) afirmam, no entanto, que há escassez de trabalhos que apontem detalhadamente essa fase de organização do PMDB/MDB pós-reforma de 1979. Os autores afirmam, ainda, a importância de se sair de uma avaliação das organizações partidárias já muito reafirmada pela literatura, a de que os partidos brasileiros são a imagem de uma tendência organizativa “sem ideologia, sem projeto de nação, fisiologista, clientelista, coadjuvante” (ibid., p. 24). Em outro caso, Roma (2002), ao estudar o PSDB, assinala que a legenda foi criada por parlamentares que buscavam a partilha do poder político a partir de

uma estratégia pragmática. Sua origem já apresentava elites bastante influentes no cenário político brasileiro.

Estudos mais recentes focalizam na guinada partidária à direita conservadora (BOLOGNESI *et al*, 2015; VILLAZÓN, 2015); outros buscam analisar partidos considerados “outsiders”, os quais se consolidam no sistema representativo (KESTLER *et al*, 2016)³; ou, ainda, partidos analisados isoladamente, como o caso do PSD, apresentado como um partido com origem caracterizada pelo perfil *catch-all* (GERARDI *et al*, 2017). Desses trabalhos, a análise sobre a guinada à direita parece estar um pouco mais desenvolvida. Berlatto *et al* (2018, p. 871) afirmam que

a par da antiga direita – ligada aos partidos tradicionais vinculados ao regime ditatorial-militar, como o DEM (o novo nome do PFL) e o PP (antigo PPB, PDS e Arena) –, há ao menos três factos novos: a ascensão de uma direita religiosa com o aumento numérico da “bancada evangélica” na Câmara dos Deputados; o surgimento de uma direita tipicamente liberal, em economia e em costumes, representada seja pelo NOVO, seja por uma corrente que disputava a hegemonia no PSL, os livres; e por último, mas não menos importante, a ascensão de movimentos sociais conduzidos por novas lideranças políticas de fora do *establishment* político tradicional, como o Movimento Brasil Livre (MBL).

E, apesar da crescente adesão de filiados, “multiplicação de partidos, de movimentos e organizações”, os autores reiteram que isso não incentivou um volume significativo de estudos na ciência política (BERLATTO *et al*, 2018, p. 872).

4 Um estudo comparado de casos: novos partidos no sistema partidário brasileiro

Claramente, a proposta de estudar partidos buscando padrões em sua criação não é tarefa fácil. Começar com pretensões modestas parece uma melhor estratégia. Damos um passo nessa direção propondo um período específico em mente: 2011-2015. Em cinco anos, oito novos partidos são criados (PSD, PPL, PATRI, PROS, SD, NOVO, REDE e PMB)⁴. Reconhecendo essa lacuna na literatura, nosso projeto de pesquisa visa estudar partidos que se formaram recentemente⁵. Escolhemos partidos **novos em relação a** partidos

³ A pesquisa recente dos autores propôs uma tipologia de partido denominada partidos *break-in*. Esses partidos seriam “novos” no sentido de desafiar o *status quo* e, também, por trazer novas lideranças à competição. Apesar da definição de “partidos novos”, Kestler *et al* (2016) utilizam o PT como exemplo.

⁴ Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos>>. Acesso em: jul. 2020.

⁵ Em Macedo (2009), trabalhamos com estudo de caso de três partidos: PSD, SD, NOVO.

grandes/consolidados/tradicionais que (res)surgiram nas décadas de 1980-90 e se tornaram referência para estudos de caso. Além disso, questionamos esse fenômeno pelo fato de tais partidos surgirem em um curto espaço de tempo em um sistema partidário já consideravelmente fragmentado⁶.

Ao observarmos a criação dessas oito legendas, dificilmente apontaríamos como possibilidade seu surgimento a partir de clivagens sociais. Examinando o que afirma Aldrich sobre a relação de candidatos e partidos, entende-se que a filiação a partidos grandes é mais provável por causa da probabilidade de vitória. Essa tendência fortaleceria partidos grandes ao mesmo tempo que desincentivaria o ingresso em partidos novos, desconhecidos. Nota-se complicada aplicação dessa análise ao caso brasileiro. Variáveis como reputação e tamanho do partido não explicam a emergência de partidos em um sistema multipartidário fragmentado. Isso posto, qual seriam as razões para a criação desses oito partidos? Eles são, de fato, canais de expressão entre governados e governantes como afirmou Sartori? *Quem os criou e em qual contexto de regras* são elementos relevantes para entendê-los?

Por isso, visitar a literatura para saber o que se afirma sobre *quem criou, por que criou e qual o propósito dos partidos* é fundamental, pois se identifica se as tentativas de categorização dos partidos estão sendo feitas com base em parâmetros de difícil encaixe na realidade partidária brasileira.

Visto a discussão apresentada, consideramos, então, que:

a) Os partidos aqui estudados surgem em um sistema partidário já fragmentado (nosso objetivo não é discutir se sistemas partidários fragmentados são “bons” ou “ruins” para determinados fins). O tema de fragmentação partidária no Brasil não é debate novo. Muitos autores pontuam essa questão e a associam a partidos personalistas, à baixa institucionalização partidária, à volatilidade eleitoral, entre outros (KINZO, 2004;

⁶ Era esperado um aumento da fragmentação partidária após o bipartidarismo artificial do regime militar, e sua posterior queda com o passar da década. Todavia, houve apenas uma queda sutil na década de 1990, situação que foi revertida a partir de 2002 (KINZO 2004 p. 31). Em 2010, conforme dados apresentados por Carreirão (2014, p. 266), a fragmentação nas eleições para a Câmara dos Deputados aumentou de 10,6 para 11,3 no âmbito nacional, com aumento da média de 8,0 para 8,2 no âmbito dos estados. Isso ocorreu em 17 das 27 unidades federativas. Segundo Carreirão, essa situação ocorre também nas eleições para o Senado. Há um grande número de partidos disputando na arena eleitoral com distritos marcadamente amplos, caracterizados pelo federalismo descentralizado.

MAINWARING, 2001; MAINWARING e TORCAL, 2005; CARREIRÃO, 2014; NICOLAU, 2015). Causa ou consequência, essa característica do sistema partidário é geralmente considerada danosa tanto no ato do voto como em relação à governabilidade. Esse não é o nosso foco. Parte da nossa inquietação é *por que partidos surgem em um sistema partidário já fragmentado?*

b) Acreditamos que esses partidos novos podem surgir, apesar do sistema fragmentado, porque há uma atenção maior às candidaturas individuais e seus mandatos. Essa baixa identificação partidária torna a criação de partidos mais atrativa, pois o capital político é muito mais concentrado em indivíduos do que em legendas. Prova disso é o que apontam Berlatto *et al* (2018), quando enfatizam a carreira de legisladores fora da política e das organizações partidárias. Se comparado com a América Latina, o Brasil

é o que apresenta a segunda menor proporção de parlamentares que iniciam sua carreira através dos partidos políticos. Apenas 21,3% dos deputados entrevistados pela PELA (1994-2011) afirmaram ter no partido político o seu primeiro contacto com a política profissional (apenas a Bolívia apresenta menor proporção, com 20,6%). Todos os demais países apresentam percentagem acima de 40%, liderados pelo Panamá onde 76,6% afirmam terem ascendido por esta via (Alcántara, 2016). Ou seja, a carreira política dos legisladores brasileiros inicia-se já distante das agremiações partidárias, o que faz com que as suas afinidades eletivas com as ideologias ocorram após estes já acumularem um capital individual razoável fora do partido. No Brasil, o partido político é um atributo do candidato e não o inverso, como costuma ser em democracias avançadas (Alcántara, 2016)” (BERLATTO *et al*, 2018, p. 874-875).

c) Além disso, as regras partidárias podem ser analisadas considerando essa centralização em torno do candidato. Em que medida elas são reflexos dessa característica e em que medida os atores políticos buscam alternativas para não serem coibidos por elas? Teles (2015, p. 70) concorda que a “criação de partidos, diante do permissivo na Resolução do TSE sobre fidelidade partidária, mostra-se como a válvula de escape para os deputados insatisfeitos”. Melo (2000, p. 13) afirma que

O arranjo institucional brasileiro possibilita a existência de um razoável leque de alternativas partidárias e permite que o custo da mudança de uma legenda para outra seja praticamente nulo (...). Quanto menos esses vínculos disserem respeito a uma questão de identidade, mais fácil será ao deputado migrar.

O baixo vínculo com a legenda em uma porcentagem considerável dos parlamentares resulta em mudança nas regras, que é o caso da promulgação da Lei 13.165⁷ sobre migração partidária⁸. A criação da janela de migração partidária parece ser reflexo desse comportamento. Nesse sentido, a identificação com o partido, à medida que é menor, torna a migração uma possibilidade maior e a criação de novos partidos menos custosa. Altas taxas de migração são um sinal, grosso modo, de um comportamento "infidel", pois "o deputado possui outra alternativa para alcançar seus objetivos que não seja a de fortalecer o seu partido: ele pode filiar-se a outra legenda" (MELO, 2000, p. 14).

d) Por fim, chamamos atenção a outro ponto. As relações do legislativo com o executivo influenciam a criação de novos partidos. Garantias de cargos ou posições na base situacionista/oposicionista, associadas a campanhas e mandatos orientados para candidatos, com regras que refletem esse comportamento, geram incentivos para que novos partidos sejam criados. O PSD, a título de exemplo, é formado em 2011 por dissidentes do DEM (oposição), alinhando-se à coalizão do governo; o Solidariedade é formado, em 2013, a partir de migrações de partidos como PSD, PDT, PR e DEM, faz parte do famoso "centrão" e se colocou como oposição declarada do governo Dilma (MACEDO, 2019).

Ressaltamos, assim, que esses oito partidos emergem em um sistema partidário já existente (fragmentado), com regras e características específicas (vínculos partidários flexíveis, relação entre poderes).

5 Considerações finais

O trabalho em questão foi desenvolvido com o propósito de apontar que, em estudos comparados, faz-se necessário entender se as bases de conceitos com as quais estamos lidando fazem sentido para a comparação. A importância de passar por tipologias clássicas foi o caminho necessário para se chegar a essa conclusão.

⁷ LEI Nº 13.165, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/leis-ordinarias/lei-no-13-165-de-29-de-setembro-de-2015>>.

⁸ Em 2015, uma nova regra sobre (des)filiação foi promulgada, a que deu início à janela partidária. A mudança da regra em 2015, com a lei 13.165, abre a possibilidade de qualquer deputado, em um período de 30 dias, trocar de legenda sem ameaças ao mandato e sem justificativa prévia.

No caso brasileiro, apontar o contraste entre a realidade do sistema e em que consistem os conceitos e problemas levantados por trabalhos clássicos é necessário para se pensar em novas propostas. O intuito, contudo, não é negar a importância de análises clássicas, responsáveis pela estruturação de umas das principais agendas de pesquisa da ciência política, mas reivindicar que identificação de padrões e generalizações moderadas precisam de parâmetros mais adequados para que conclusões sobre casos conjunturalmente situados sejam mais precisas. Para desenvolvermos estudos de casos comparados sobre os partidos políticos brasileiros é preciso, previamente, saber a quais definições estamos nos contrapondo e por que esse processo de formação de agremiações partidárias não parece ser amparado por essas explicações.

Quando observamos o sistema partidário brasileiro, a emergência de novas legendas é fato comum. O número de partidos oficiais talvez não fosse alvo de questionamentos se esses mesmos partidos pouca diferença fizessem na relação do legislativo com o governo, na arena eleitoral ou no seu tamanho e preponderância como organização. Há partidos que já nascem grandes ou médios, há outros que pouca ou nenhuma força eleitoral apresentam. Cabe indagar por que uns são mais bem sucedidos do que outros? Por que continuamos presenciando a criação de vários partidos?

Há uma parcimônia difícil de alcançar no que propomos: não trabalhar a partir de generalizações inadequadas, não especificar a ponto de examinar apenas um estudo de caso, generalizar a ponto de poder comparar os partidos, analisar um fenômeno em contexto específico ao mesmo tempo que tentamos identificar padrões. Tentamos avançar por essa complexa via com a pesquisa proposta.

REFERÊNCIAS

- ALDRICH, John H. **Why parties?** A second look. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.
- AMARAL, Oswaldo. Ainda Conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. **Opinião Pública**. Campinas, vol. 17, nº 1, Junho, 2011, p.01-4
- _____. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**. Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, maio-ago. 2013.
- BATISTA, Carlos M.; FERREIRA, Denise P.; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.432-453.
- BARBOSA, Tiago; KRAUSE, Silvana; SHAEFER, Bruno. Dinâmicas de surgimento de novos partidos na América do Sul (1979-2015). **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 27. Brasília, setembro - dezembro de 2018, pp. 73-104.
- BERLATTO, Fábria; BOLOGNESI, Bruno; CODATO, Adriano. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. **Análise Social**, LIII (4.º), 2018 (n.º 229), pp. 870-897.
- BOLOGNESI, Bruno; CODATO, Adriano; ROEDER, Karolina M. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador *in* CODAS, Gustavo; CRUZ, Sebastião V.; KAYSEL, André (org.). **Direita Volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- CARREIRÃO, Yan. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 14, 2014 (p. 255-295).
<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n14/0103-3352-rbcpol-14-00255.pdf>
- COX, Gary W. **The efficient secret: the cabinet and the development of political parties in Victorian England**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1999.
- DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1970.
- GERARDI, Dirceu A.; KRAUSE, Silvana; SCHAEFER, Bruno M. As Coligações do Novo PSD: da máquina aos grotões, da métrica aos resultados *in* KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis F (Org.). **Coligações e Disputas Eleitorais na Nova República**: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso. São Paulo: Editora UNESP, 2017.
- KECK, Margaret. **PT - A lógica da diferença**: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2010.

KESTLER, Thomas; KRAUSE, Silvana; LUCCA, Juan B. “Break-In Parties” and Changing Patterns of Democracy in Latin America. **Brazilian Political Science Review**. 10(1), 2016.

KINZO, Maria D’Alva G. Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 19, n. 54, fevereiro, 2004, p. 23-40.

_____. Oposição e autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB, 1966-79. São Paulo, Idesp/Vértice, 1988.

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems *in* LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (ed.). **Political Parties and Political Development**. Princeton: PUP, 1966.

LAAKSO, M.; TAAGEPERA, Rein. The “effective” number of political parties: a measure with application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 1, 1979.

LAMEIRA, Rafael F; PERES, Paulo. **O lugar do PMDB na política brasileira: o limite das tipologias partidárias**. I Seminário Internacional de Ciência Política. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. The Origin and Development of Political Parties *in* LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. **Political Parties and political Development**. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1966. p. 3-42.

LIMONGI, Fernando. Introdução *in* BRAGA, Maria do S. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2006.

LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. **Estructuras de división, sistemas de partidos y alineamientos electorales**. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.

MACEDO, Larissa H. G. K. **Emergência de novas legendas no sistema partidário brasileiro: os casos do PSD, SD e NOVO em perspectiva comparada**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro/Porto Alegre: FGV/ Mercado Aberto, 2001.

_____; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**. Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 249-286.

MELO, Carlos Ranulfo. Partidos e Migração Partidária na Câmara dos Deputados. **Dados**. vol.43 n.2 Rio de Janeiro 2000

MENEGUELO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NICOLAU, Jairo M. Como Aperfeiçoar a Representação Proporcional no Brasil. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.4, n.7, jan-junho 2015

ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1990. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17 no 49 junho/2002.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982.

TELES, Clay e Souza. **Mudanças entre partidos na câmara dos deputados: sazonalidade e o impacto da fidelidade partidária**. E-legis, Brasília, n. 16, p. 56-78, jan./abr. 2015.

VILLAZÓN, Córdova. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político *in* CODAS, Gustavo; CRUZ, Sebastião V.; KAYSEL, André (org.). **Direita Volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.